



ASSOCIAÇÃO DOS INDUSTRIAIS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA DE SÃO PAULO
SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA DE SÃO PAULO
I.D.P.C - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA
FUNDIPAN - FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA
Rua Santo Amaro, 313 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP: 01315-001 / Telefone (11) 3291-3700 www.sindipan.org.br

São Paulo, 09 de outubro de 2019

O SAMPAPÃO vem informar e esclarecer seus associados e representados sobre a prática de grandes empresas em trabalhar com o denominado "preço sugerido" seja inserindo esse no produto ou por meio de tabela de preço.

Tal prática causa grande polêmica entre o panificador e o consumidor final que, ao observar o "preço sugerido" ou a tabela entende ser este o preço pelo qual o comerciante está obrigado a vender o produto.

O SAMPAPÃO esclarece a seus associados e representados que a prática de inserir o preço sugerido nos produtos não é ilegal. A prática é permitida pela legislação brasileira.

É importante destacar que a tabela de preços sugerida pelo fabricante de bebidas, sorvetes, iogurtes, chocolates e salgadinhos por exemplo, é apenas uma sugestão de preço que poderá ou não ser repassada ao consumidor, ou seja, poderá ou não ser seguida pelo panificador.

Esses produtos podem ser comercializados com preços diferentes dos sugeridos e isso pode acontecer pois não existe nenhuma norma estabelecendo o contrário. Desta forma o comerciante não é obrigado a seguir a tabela de preços sugeridos pelo fabricante.

Dessa mesma forma entende a Fundação PROCON de São Paulo conforme pode ser observado em resposta à consulta formulada pelo SAMPAPÃO em setembro de 2019. A conclusão da consulta segue em anexo e o seu inteiro teor pode ser solicitado pelo panificador associado ao Departamento Jurídico Cível.

O preço do produto praticado pelo panificador deve **ESTAR SEMPRE VISÍVEL AO CONSUMIDOR** quando este não pratique o preço sugerido pelo fabricante. Assim deve ser para não causar dúvidas ao cliente quanto ao preço real do produto.

Não há problema em colocar o preço final do produto sobre o preço sugerido.

No entanto, o mesmo não ocorre com o cigarro. De acordo com o artigo 220 do decreto nº 7.212/2010, cumpre aos fabricantes de cigarro assegurar que os preços de venda a varejo e a data de sua entrada em vigor sejam divulgados ao consumidor por meio de tabela informativa, identificada pelo símbolo do fabricante.

Ainda, o SAMPAPÃO teve o conhecimento que o Instituto de Pesos e Medidas-IPEM- está realizando fiscalizações em padarias/panificadoras verificando se brinquedos comercializados por estas possuem o selo do INMETRO. Orientamos a todos os panificadores que somente comercializem esses produtos após a verificação da existência do selo exigido pois a falta deste é infração passível de multa e apreensão do produto.


Antero José Pereira
Presidente
Sindipan / Aipan / IDPC - SP





SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

FUNDAÇÃO
PROCONSP

São Paulo, 04 de outubro de 2019.

Ofício/FPDC/DEX/ N.º 750/2019
Ref.: 201909782

Assunto: Resposta ao Ofício DJ 805/2019

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Senhoria, em resposta ao ofício em epígrafe, encaminho manifestação técnica da Diretoria de Assuntos Jurídicos - DAJ, desta Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon/SP, concernente a precificação na embalagem de produtos, nos termos do documento anexo.

Sendo o que havia para o momento, reitero meus protestos de estima e consideração.



GUILHERME FARID

Chefe de Gabinete - Fundação PROCON/SP

Ao Ilustríssimo Senhor
RUI MANUEL GONÇALVES RODRIGUES
Presidente da Associação dos Industriais de Panificação e Confeitaria de São Paulo
Rua Santo Amaro, 313, Bela Vista
CEP 01315-001 - São Paulo - SP



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

PROCONSP

EXPEDIENTE:

DAJ 129/2019

INTERESSADO:

Sindicato dos Industriais de Panificação e Confeitaria de São Paulo e Associação dos Industriais de Panificação e Confeitaria de São Paulo

EMENTA:

Sugestão de preço na venda do produto. Fornecedor deve prestar informação clara, precisa, sem gerar dúvida ao consumidor. Livre iniciativa e concorrência. Estado pode impor tabelamento de preço. Preço abusivo infringe leis consumeristas. Preço sugerido é faculdade do revendedor.

MANIFESTAÇÃO TÉCNICA

Trata-se de manifestação técnica solicitada pelo Sindicato dos Industriais de Panificação e Associação dos Industriais de Panificação e Confeitaria de São Paulo discordando da conduta de alguns fornecedores, dentre eles Pepsico do Brasil Ltda., de entregar o produto com o preço sugerido na embalagem para ser vendido ao consumidor final, gerando questionamentos entre consumidores que consideram que deve ser cobrado o preço sugerido pela fabricante.

Inicialmente, cabe-nos esclarecer que esta Fundação presta orientação visando à adequação da conduta dos fornecedores às normas consumeristas. A orientação será sempre relacionada a dúvida específica e transmitida em caráter geral e hipotético.

Não é nosso intento efetuar análises contratuais, solucionar dúvidas jurídicas ou prestar serviços de consultoria, portanto, nossas orientações não eximem os fornecedores de eventual responsabilidade que

ROEMUN



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

PROCONSP

possam ter perante os consumidores diante dos casos concretos apresentados.

Diante do presente questionamento, apresentado pelo Sindicato dos Industriais de Panificação e Confeitaria de São Paulo e Associação dos Industriais de Panificação e Confeitaria de São Paulo cabe algumas considerações no presente assunto.

Preliminarmente, devemos ressaltar que a política nacional das relações de consumo tem por finalidade o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, e tem como princípio básico o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo¹ (art. 4º, I, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor).

Mister se faz ressaltar que o fim supremo das relações de consumo deve ser o atendimento efetivo aos anseios e necessidades dos consumidores, devendo possuir total observância os valores como o respeito à sua dignidade, e a proteção de seus interesses como aos princípios constitucionais das relações de consumo.

Cabe a observação que preço é o valor atribuído ao produto que será vendido, salientando que o Código de Defesa do Consumidor determina que toda oferta e apresentação de produtos ou serviços devem

¹ Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:

I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo

ROEMUN 2



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

PROCONSP

assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, conforme disposição dos arts. 6º, III e 31 da Lei nº 8078/90².

Neste aspecto, a lei consumerista exige a informação como também a forma como ela deve ser apresentada, assegurando que seja transmitida de maneira que permita o consumidor compreendê-la de imediato e facilmente, sem qualquer erro, por isso, cabe ao fornecedor apresentar o preço de maneira precisa, correta, sem gerar confusão ao consumidor de qual será o valor cobrado pelo produto.

Por sua vez, a Lei nº 10.962/04³, regulamentada pelo Decreto 5.903/06, vem detalhar os procedimentos tendo por norte a informação adequada e clara perante o consumidor, estabelecendo diretrizes da afixação de preços nos produtos e serviços, em consonância com os princípios do CDC.

Por outro lado, a Constituição Federal de 1988⁴ consagrou a liberdade de iniciativa como um dos princípios da ordem constitucional

² Art. 6º São direitos básicos do consumidor:
(...)

III – a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas e ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentem à saúde e segurança dos consumidores.

³ Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004 - Dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor.

Art. 1º. Esta Lei regula as condições de oferta e afixação de preços de bens e serviços para o consumidor.

⁴ Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

ROEMUN



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

PROCONSP

econômica, mas possibilitou a limitação daquela através da atuação interventiva do Estado no domínio da Economia, quando este assume a função de agente normativo e regulador da atividade econômica.

Neste aspecto, a intervenção do Estado no domínio econômico é compreendida como todo ato ou medida legal que restringe, condiciona ou suprime a iniciativa privada, com o objetivo de garantir o desenvolvimento nacional e a justiça social.

Uma destas medidas é o tabelamento de preços, que consiste na fixação e controle de preços privados pelo Poder Público, visando, em princípio, garantir a proteção dos consumidores na aquisição de bens e serviços por valores mais compatíveis com a realidade econômica.

Como exemplo podemos citar o tabelamento de cigarros, em que o Estado prescreveu critérios para a venda do produto, sem nenhuma possibilidade do fornecedor vender o bem em maço com quantidade inferior a 20 unidades e nem preço abaixo ou acima do tabelado.

Assim, quando não houver atuação estatal estabelecendo preço e outras regras; considerando o mercado da concorrência, podemos citar que o fornecedor, para atrair clientes, apresenta a sugestão de preço, mostrando a preocupação em cobrar valor razoável, levando em consideração as despesas, tempo dispendido na fabricação, lucro pretendido.

(...)
IV - livre concorrência;

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
(...)

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

ROEMM 4



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

PROCONSP

Todavia, o fornecedor que entregará o produto ao consumidor final deve ficar atento em relação ao preço cobrado na sua mercadoria, porque o público está mais exigente, rigoroso, inclusive no valor que lhe é atribuído na compra realizada e ainda, o CDC prevê prática abusiva o aumento de preço sem justa causa, nos termos do art. 39, X.⁵

A sugestão de preço, que o fabricante apresenta para a venda do de bem móvel/serviço ao consumidor final, deve ser bem explicada não podendo gerar dúvida a quem está adquirindo o produto, sendo importante o fornecedor estar atento para não gerar transtornos, constrangimentos a quem está realizando a compra e nem elevar injustamente o preço do que está sendo vendido.

Desta forma, constata-se que a relação contratual que envolve fornecedor e consumidor deve ser pautada pela harmonia, equilíbrio dos interesses e boa-fé.

Destaca-se que os fornecedores de produtos e serviços devem adotar todas as precauções necessárias para adequar o exercício de sua atividade com as normas de proteção e defesa do consumidor.

Entretanto, os fornecedores precisam considerar que o consumidor faz a opção pelo estabelecimento que melhor atenda às suas necessidades.

⁵ Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

(...)

X - elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços. (Incluído pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

RDEMUW⁵



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

FIDCONSP

Por fim, considerando que somente o Estado é quem pode exigir o tabelamento de preço, estipulando valor mínimo/máximo, a atitude dos fornecedores em destacar nas embalagens e/ou no ponto de venda de seu produto, o denominado "preço sugerido", entendemos que se trata apenas de mera sugestão, como o próprio termo diz, que poderá ou não ser acatada pelo revendedor em sua oferta ao consumidor final.

São Paulo, 03 de outubro de 2019.

Rosana Ungeferr
ROSANA E. M. UNGEFEHR
Especialista em Proteção e Defesa do Consumidor
Diretoria de Assuntos Jurídicos

Haroldo Zillig Porto
HAROLDO ZILLIG PORTO
Supervisão Técnica Administrativa
Diretoria de Assuntos Jurídicos